

Nota Técnica 50 - Rede 10 Sergipe: Análise da Distribuição Etária dos Beneficiários do CadÚnico e Priorização de Políticas Públicas nos Municípios

Sergio Kelner Silveira¹

Carolina Beltrão de Medeiros²

Introdução

A análise da distribuição etária dos beneficiários do Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento estratégico para a formulação de políticas públicas eficazes e equitativas. No contexto da Rede 10 Sergipe, que engloba municípios como Indiaroba, Itaporanga e São Cristóvão, essa análise ganha especial relevância ao evidenciar diferenças demográficas significativas em relação ao estado de Sergipe, ao Nordeste e ao Brasil. Essas diferenças demandam a adaptação das políticas sociais às especificidades locais, permitindo um atendimento mais direcionado às necessidades da população.

A identificação das faixas etárias predominantes e a correlação com programas sociais existentes possibilitam a priorização de ações e a otimização de recursos. Para os municípios da Rede 10 Sergipe, caracterizados por uma população jovem e adulta economicamente ativa, é essencial considerar limitações de infraestrutura e recursos para definir prioridades e elaborar projetos que maximizem o impacto das políticas públicas.

Importância da Análise da Distribuição por Faixa Etária de Beneficiários do Cadunico e observar as diferenças entre os Territórios

Analisar a distribuição da faixa etária dos beneficiários do Cadastro Único (CadÚnico) e observar as diferenças entre os diversos territórios é essencial por diversos motivos estratégicos e operacionais, especialmente para a formulação, execução e monitoramento de políticas públicas.

Planejamento de Políticas Públicas: A análise etária permite identificar as demandas específicas de diferentes grupos populacionais, como crianças, jovens, adultos e idosos. Cada faixa etária tem necessidades distintas, como:

1. Crianças: Educação infantil, nutrição e saúde básica.
2. Jovens: Inserção no mercado de trabalho, capacitação profissional e acesso ao ensino superior.
3. Adultos: Estabilidade econômica, habitação e saúde reprodutiva.
4. Idosos: Previdência, saúde e assistência social.

Focalização de Recursos: Territórios com maior concentração de crianças e jovens, por exemplo, precisam de maior investimento em educação e programas voltados à infância e juventude. Já

¹ Economista do NISP: sergio.kelner@fundaj.gov.br

² Pesquisadora do NISP: carolina.beltrão@fundaj.gov.br

regiões com alta proporção de idosos demandam políticas de saúde, assistência e previdência. Essa focalização garante que as políticas atendam às realidades locais, promovendo equidade.

Redução de Desigualdades Regionais. Ao observar as diferenças entre os territórios, é possível identificar desigualdades regionais, como:

1. Onde há maior concentração de jovens, exigindo maior foco em programas de inclusão produtiva e educação.
2. Proporção mais elevada de idosos como um todo, apontando para a necessidade de ampliar políticas previdenciárias e de saúde nacionalmente.
3. Compreender essas diferenças ajuda a alocar recursos e desenhar programas que reduzam as desigualdades entre regiões e populações.

Avaliação do Impacto das Políticas Sociais. A distribuição etária reflete as necessidades e os resultados das políticas existentes:

1. Uma concentração maior de jovens em programas como o Bolsa Família pode indicar sucesso na redução da pobreza infantil.
2. Uma baixa adesão de idosos em determinados territórios pode revelar barreiras de acesso aos benefícios sociais.

Dinamismo Demográfico: Os perfis demográficos mudam ao longo do tempo, com alterações em taxas de natalidade, mortalidade e migração. Monitorar a distribuição etária ajuda a antecipar demandas futuras, como a necessidade de mais creches em regiões com aumento da população infantil ou hospitais e serviços de cuidado para idosos em territórios com envelhecimento populacional.

Adaptação a Realidades Locais: Cada território tem características socioeconômicas, culturais e demográficas únicas. A análise etária permite adaptar programas sociais às especificidades locais, promovendo maior adesão e impacto positivo.

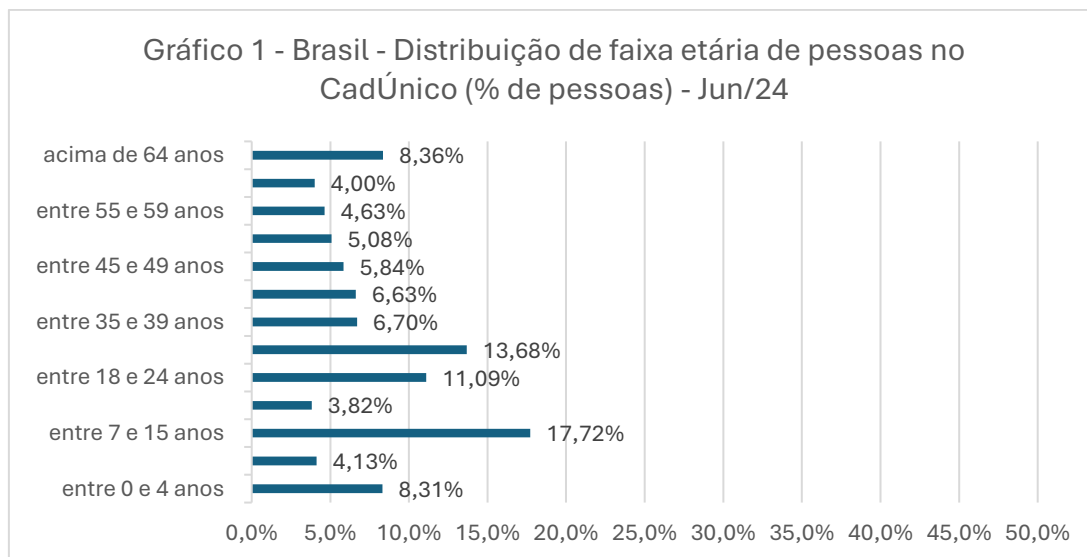
Tomada de Decisões com Pesquisas Baseadas em Evidências³: Dados sobre a distribuição etária e territorial dos beneficiários do CadÚnico fornecem uma base sólida para decisões governamentais. Isso garante que as políticas sejam baseadas em evidências concretas, aumentando sua legitimidade e efetividade.

Análise comparativa da distribuição etária das pessoas inscritas no Cadastro Único

³ De acordo com Nutley, Powell e Davies (2013), em *What Works? Evidence-Based Policy and Practice in Public Services*, a pesquisa baseada em evidências em ciências sociais é uma abordagem que busca utilizar dados e análises sistemáticas para informar decisões relacionadas a políticas públicas e práticas sociais. Essa metodologia enfatiza a necessidade de reduzir vieses e subjetividades, conectando a teoria com a prática por meio da validação de hipóteses com dados empíricos. Além disso, a pesquisa baseada em evidências pode incluir estudos quantitativos, como análises estatísticas de grandes bases de dados; estudos qualitativos, como entrevistas e grupos focais; e métodos mistos, que combinam ambas as abordagens para oferecer uma visão mais completa dos fenômenos investigados.

A análise comparativa da distribuição etária das pessoas inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) revela algumas distinções nos perfis populacionais entre Brasil, Nordeste e Sergipe. Esses dados são fundamentais para orientar a formulação de políticas públicas que atendam às especificidades de cada território e faixa etária, garantindo maior eficácia e equidade na alocação de recursos.

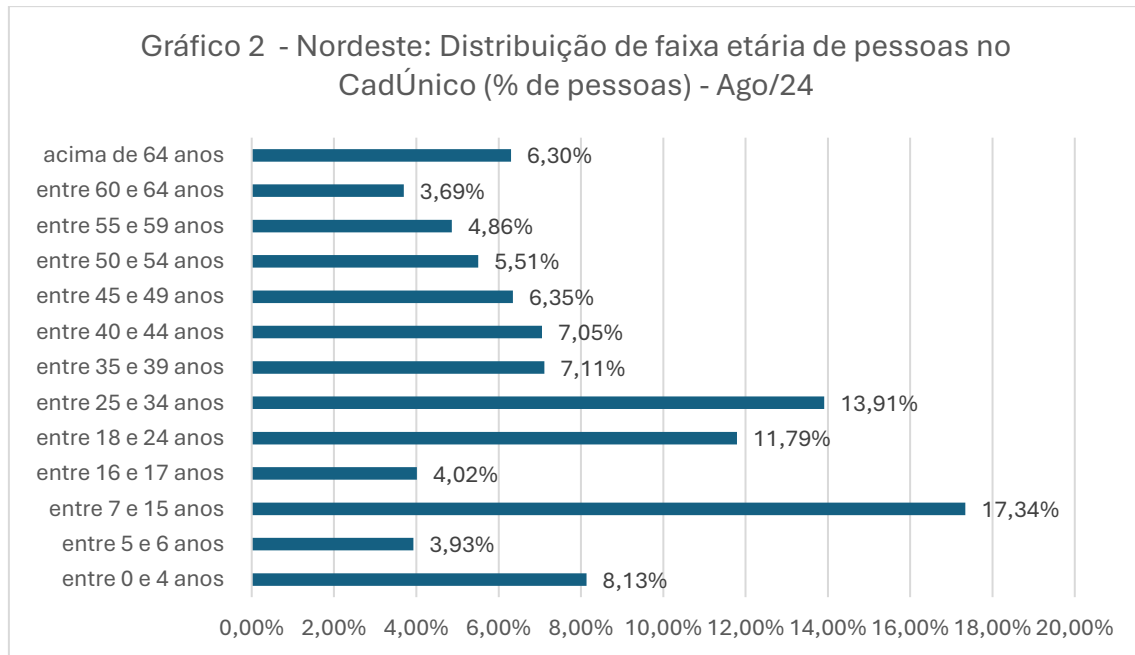
O levantamento destaca a predominância de crianças e jovens em todas as regiões, com especial concentração na faixa de 7 a 15 anos, reforçando a necessidade de políticas voltadas para educação básica, combate ao trabalho infantil e assistência às famílias. Sergipe, em particular, apresenta percentuais acima da média nacional nas faixas de jovens adultos (18 a 34 anos) e adultos economicamente ativos (25 a 49 anos), o que demanda atenção especial em programas de capacitação, emprego e geração de renda.



Fonte: MDS (2024)

Por outro lado, o Brasil apresenta maior percentual de idosos, sinalizando a necessidade de políticas mais amplas voltadas para essa população, como previdência social e cuidados de saúde. No Nordeste e em Sergipe, o menor envelhecimento populacional sugere a priorização de ações que atendam às demandas de uma população predominantemente jovem.

Essa análise reforça a importância de adaptar as políticas sociais ao perfil do território, considerando a dinâmica demográfica e as demandas específicas de cada território, para garantir maior inclusão e bem-estar social.



Fonte: MDS (2024)

Ao comparar os três municípios da Rede 10 Sergipe (Indiaroba, Itaporanga, São Cristóvão) com os níveis agregados de Brasil, Nordeste e Sergipe, a análise revela diferenças significativas na distribuição etária das pessoas inscritas no CadÚnico. Aqui está uma análise detalhada:

Crianças e Adolescentes (0 a 15 anos)

Brasil: 30,16% (0 a 15 anos somados)

Nordeste: 29,4%

Sergipe: 29,9%

Indiaroba: Cerca de 34% (destaque maior na faixa 7 a 15 anos)

Itaporanga: 31,5%

São Cristóvão: 31,1%

Indiaroba tem maior concentração de crianças e adolescentes, sugerindo maior demanda por políticas de educação básica, saúde infantil e programas como o Bolsa Família. Itaporanga e São Cristóvão estão mais alinhados aos percentuais estadual e regional, mas ainda acima da média nacional.

Jovens e Jovens Adultos (16 a 34 anos)

Brasil: 28,59%

Nordeste: 29,72%

Sergipe: 30,3%

Indiaroba: Cerca de 29%

Itaporanga: 28,2%

São Cristóvão: 30,8%

São Cristóvão apresenta percentual acima da média estadual e próximo ao nacional, indicando forte presença de jovens adultos. Itaporanga tem menor concentração de jovens, enquanto Indiaroba se mantém alinhada à média.

Adultos (35 a 59 anos)

Brasil: 27,66%

Nordeste: 28,89%

Sergipe: 28,8%

Indiaroba: Cerca de 25%

Itaporanga: 27,7%

São Cristóvão: 26,8%

Indiaroba tem menor concentração dessa faixa etária, enquanto Itaporanga e São Cristóvão seguem mais alinhados às médias nacional e regional.

Idosos (60 anos ou mais)

Brasil: 12,36%

Nordeste: 9,99%

Sergipe: 8,7%

Indiaroba: Cerca de 6%

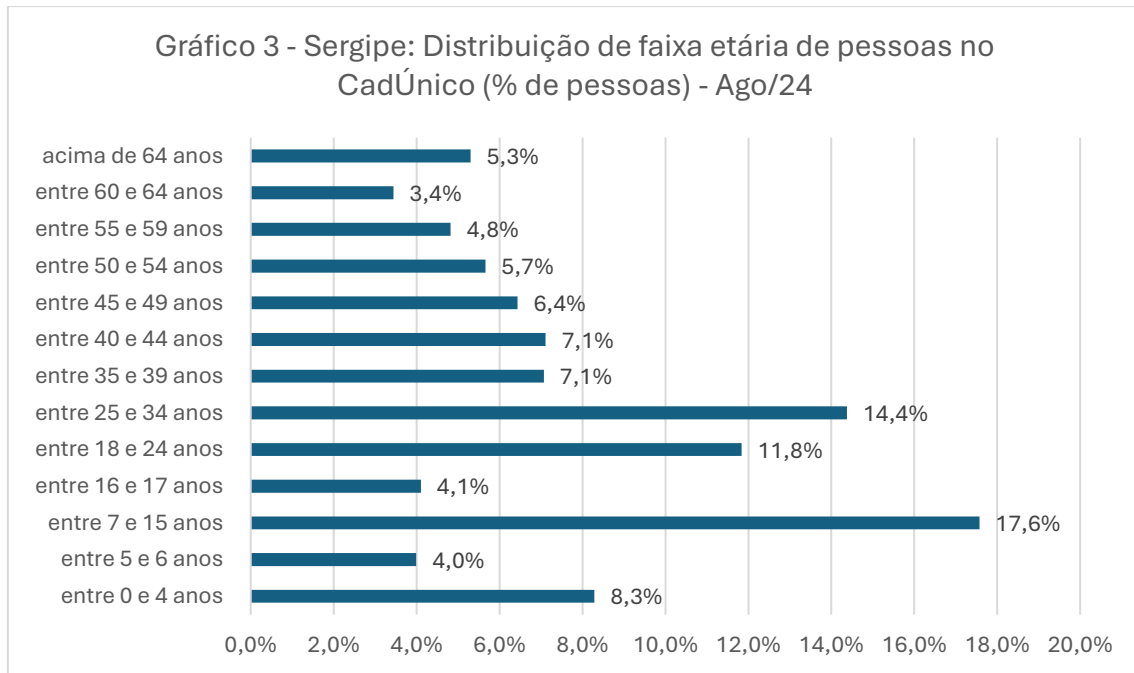
Itaporanga: 8%

São Cristóvão: 8,9%

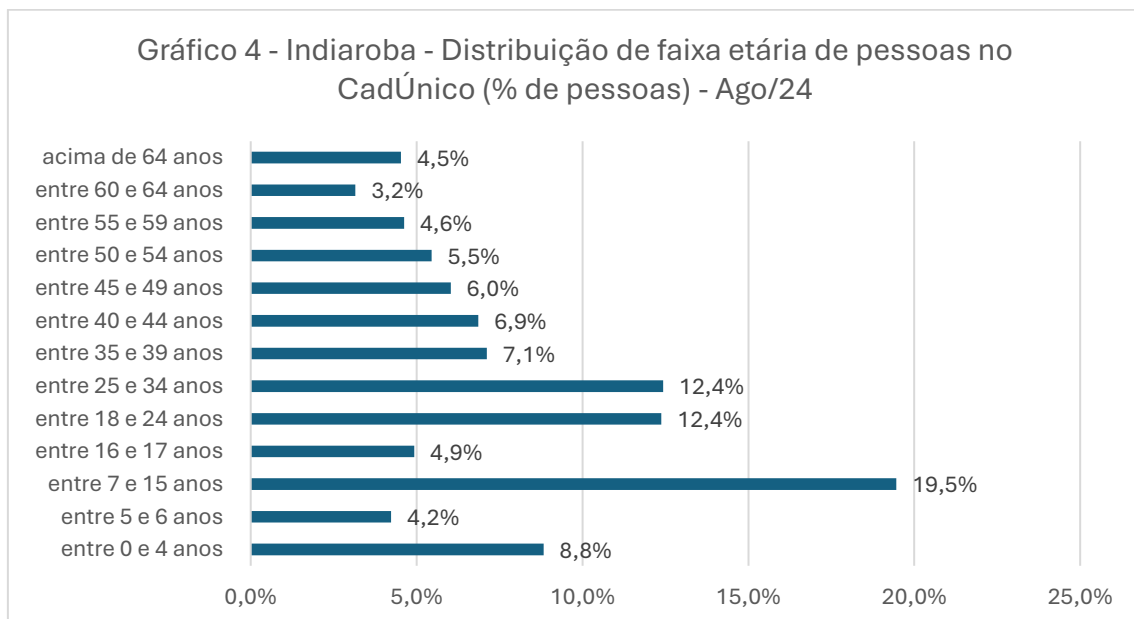
Indiaroba apresenta uma população idosa significativamente menor em comparação ao estado e ao país, sugerindo menor envelhecimento populacional. São Cristóvão está mais alinhado ao perfil estadual, enquanto Itaporanga apresenta valores intermediários.

Comparação com Brasil, Nordeste e Sergipe: Brasil possui maior peso das faixas mais velhas (acima de 60 anos) em comparação aos municípios sergipanos. Sergipe e os municípios têm maior concentração de jovens e crianças, exigindo políticas voltadas para educação, saúde e inserção no mercado de trabalho.

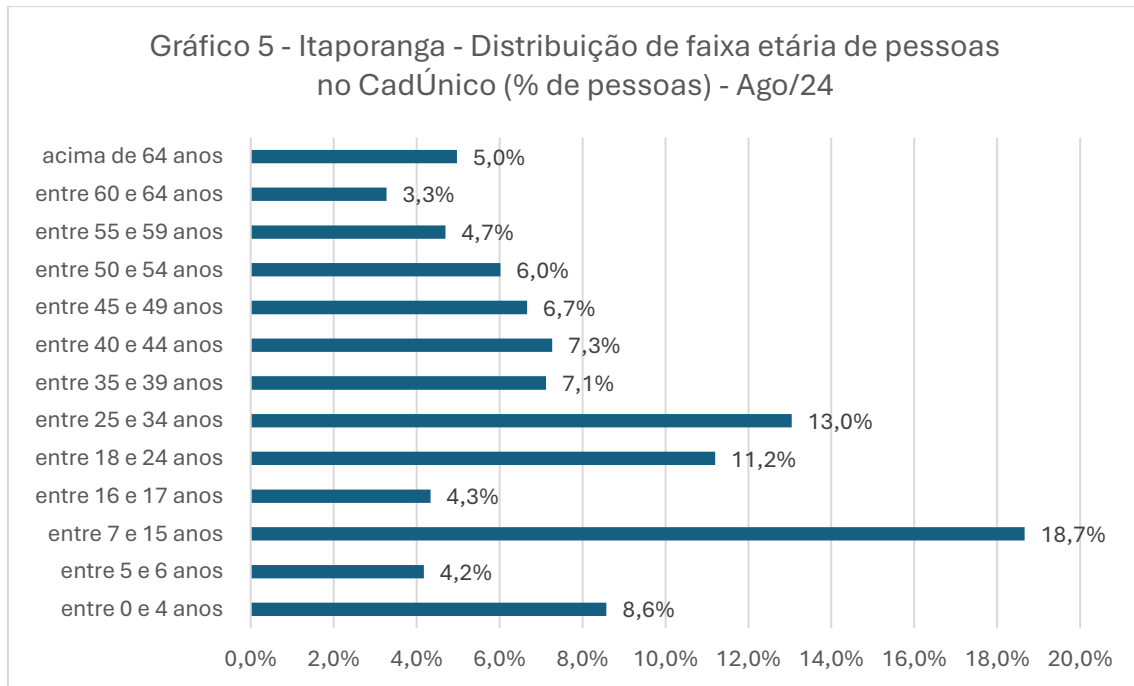
Essas desigualdades apontam para a necessidade de políticas sociais adaptadas às especificidades locais, especialmente em municípios com populações mais jovens, como Indiaroba.



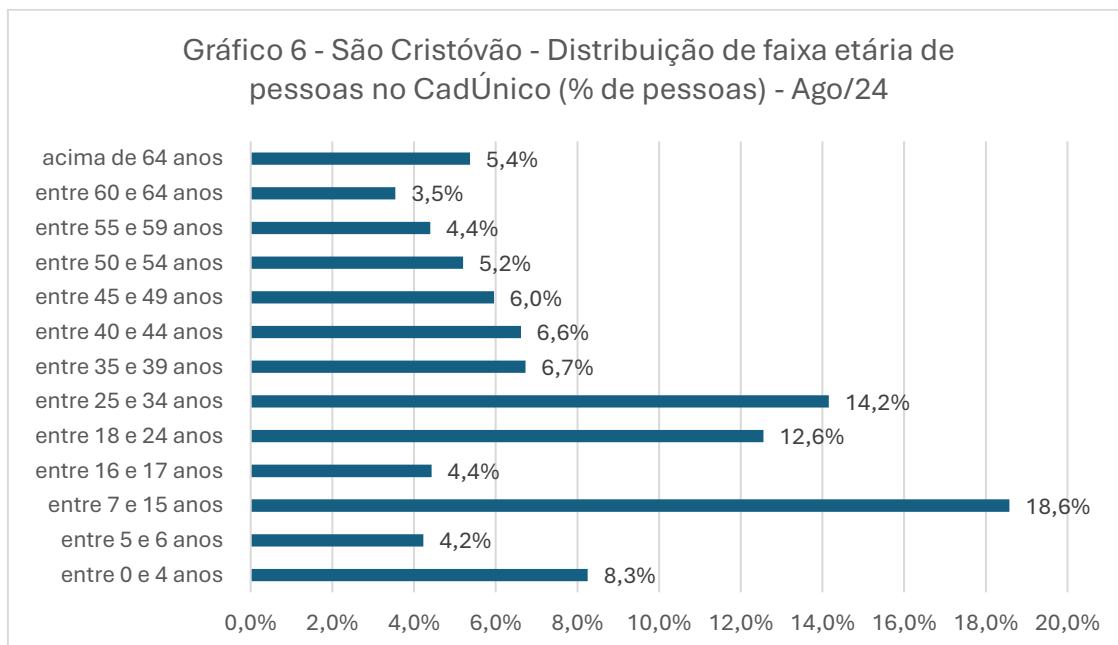
Fonte: MDS (2024)



Fonte: MDS (2024)



Fonte: MDS (2024)



Fonte: MDS (2024)

Programas Sociais Vinculados ao Cadastro Único – Objetivos, Público-Alvo e Ministérios Responsáveis

A tabela 1 a seguir apresenta um panorama dos principais programas sociais vinculados ao Cadastro Único (CadÚnico) no Brasil, destacando seus objetivos, público-alvo e os ministérios responsáveis pela execução. Esses programas abrangem diversas áreas, como educação, saúde, habitação, segurança alimentar, inclusão produtiva e assistência social, sendo essenciais para a promoção de equidade e melhoria das condições de vida das populações em situação de vulnerabilidade. Por meio dessa sistematização, é possível visualizar as políticas sociais destinadas a diferentes faixas etárias e grupos específicos, facilitando a análise e a priorização de ações que atendam às demandas regionais e nacionais.

Tabela 1: Programas Sociais Vinculados ao Cadastro Único – Objetivos, Público-Alvo e Ministérios Responsáveis

Programa	Objetivo	Público-Alvo	Ministério Responsável
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Garantir alimentação escolar saudável e adequada.	Estudantes da rede pública de ensino.	Ministério da Educação (MEC)
Isenção de Taxas em Concursos Públicos	Conceder isenção no pagamento de taxas de inscrição em concursos públicos.	Candidatos inscritos no CadÚnico.	Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos
Farmácia Popular	Disponibilizar medicamentos essenciais com descontos.	Famílias de baixa renda que necessitam de medicamentos.	Ministério da Saúde
Minha Casa Minha Vida	Facilitar o acesso à moradia digna para famílias de baixa renda.	Famílias de baixa renda sem casa própria.	Ministério das Cidades
Telefone Popular	Oferecer tarifas reduzidas em telefonia fixa para famílias carentes.	Famílias inscritas no CadÚnico.	Ministério das Comunicações
Tarifa Social de Energia Elétrica	Oferecer descontos na conta de energia elétrica para famílias de baixa renda.	Famílias de baixa renda.	Ministério de Minas e Energia (MME)
Programa Nacional de Reforma Agrária	Oferecer terra e assistência técnica a famílias rurais sem terra.	Trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra.	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Fortalecer a agricultura familiar e a segurança alimentar.	Pequenos agricultores e consumidores em situação de insegurança alimentar.	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais	Apoiar famílias rurais na inclusão produtiva.	Famílias rurais em situação de pobreza.	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
Programa Nacional de Crédito Fundiário	Facilitar o acesso à terra para pequenos agricultores.	Pequenos agricultores sem acesso à terra.	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
Bolsa Família	Transferência de renda para garantir acesso à alimentação, educação e saúde.	Famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.	Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)
Benefício de Prestação Continuada (BPC)	Garantir um salário mínimo para idosos ou pessoas com deficiência em situação de pobreza.	Idosos acima de 65 anos ou pessoas com deficiência em situação de pobreza.	Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)
Carteira da Pessoa Idosa	Garantir passagens interestaduais gratuitas ou com desconto para idosos carentes.	Idosos de baixa renda.	Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)
Programa Cisternas	Promover o acesso à água potável em regiões semiáridas.	Famílias em regiões semiáridas e vulneráveis à escassez de água.	Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)
Identidade Jovem (ID Jovem)	Oferecer meia-entrada e descontos em transporte para jovens de baixa renda.	Jovens de baixa renda com idade entre 15 e 29 anos.	Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)	Erradicar o trabalho infantil com ações educativas e renda às famílias.	Crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil.	Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)
Auxílio Gás	Auxiliar na compra de gás de cozinha para famílias carentes.	Famílias em situação de pobreza.	Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)
Programa Criança Feliz	Promover o desenvolvimento na primeira infância por meio de visitas domiciliares.	Gestantes e crianças de até seis anos em famílias de baixa renda.	Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)
Plano Progredir	Qualificação profissional e acesso ao microcrédito para inclusão produtiva urbana.	Beneficiários de programas sociais urbanos.	Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)
Serviços Socioassistenciais	Atendimento a famílias em situação de vulnerabilidade para fortalecimento de vínculos.	Famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade.	Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)
Aposentadoria para Pessoas de Baixa Renda	Permitir aposentadoria com contribuição reduzida para trabalhadores de baixa renda.	Trabalhadores de baixa renda.	Ministério do Trabalho e Previdência

Passe Livre para Pessoas com Deficiência	Garantir transporte gratuito para pessoas com deficiência carentes.	Pessoas com deficiência comprovadamente carentes.	Ministério dos Transportes
--	---	---	----------------------------

Com base nos dados apresentados e na tabela de programas vinculados ao Cadastro Único (CadÚnico), segue a priorização dos programas sociais para cada faixa etária e perfil:

Crianças (0 a 6 anos)

Programas Prioritários:

1. Programa Criança Feliz: Desenvolvimento na primeira infância por meio de visitas domiciliares, essencial para o desenvolvimento cognitivo e emocional.
2. Bolsa Família: Garante renda mínima para acesso à alimentação, saúde e educação, beneficiando famílias com crianças.
3. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): Alimentos adequados e saudáveis para crianças em idade escolar.

Foco das Políticas: Saúde, nutrição e desenvolvimento infantil. Combate à mortalidade infantil em regiões vulneráveis.

Crianças e Adolescentes (7 a 15 anos)

Programas Prioritários:

1. PNAE: Continuidade na alimentação escolar.
2. Bolsa Família: Suporte à permanência na escola.
3. PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil): Foco em crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil.

Foco das Políticas: Educação básica e combate ao trabalho infantil. Garantia de condições para permanência na escola.

Jovens (16 a 29 anos)

Programas Prioritários:

1. ID Jovem: Meia-entrada em eventos e transporte, promovendo acesso à cultura e deslocamento.
2. Plano Progredir: Qualificação profissional e acesso ao microcrédito para inclusão produtiva.
3. Bolsa Família: Complementação de renda para jovens em famílias de baixa renda.
4. Isenção de Taxas em Concursos Públicos: Incentivo ao ingresso no mercado público.
5. Serviços Socioassistenciais: Apoio a jovens em situação de vulnerabilidade.

Foco das Políticas: Inserção no mercado de trabalho e acesso ao ensino técnico e superior. Inclusão cultural e social.

Adultos (30 a 59 anos)

Programas Prioritários:

1. Minha Casa Minha Vida: Garantir moradia digna para famílias de baixa renda.
2. Auxílio Gás: Reduzir o impacto do custo do gás de cozinha.
3. Plano Progridir: Qualificação profissional e empreendedorismo.
4. Bolsa Família: Complementação de renda para famílias vulneráveis.
5. Programa Cisternas
6. Programa Nacional de Crédito Fundiário: Apoio a pequenos agricultores.
7. Serviços Socioassistenciais: Apoio às famílias em vulnerabilidade.

Foco das Políticas: Estabilidade econômica e habitacional. Inclusão produtiva e acesso a serviços básicos.

Idosos (60 anos ou mais)

Programas Prioritários:

1. Benefício de Prestação Continuada (BPC): Garantia de renda mínima para idosos em situação de pobreza.
2. Carteira da Pessoa Idosa: Passagens gratuitas ou com desconto em transporte interestadual.
3. Passe Livre para Pessoas com Deficiência: Transporte gratuito para idosos com deficiência.
4. Bolsa Família: Complementação de renda para famílias com idosos.
5. Serviços Socioassistenciais: Apoio a idosos em vulnerabilidade.

Foco das Políticas: Garantia de renda mínima e acesso à mobilidade. Saúde e fortalecimento de vínculos familiares.

Priorização e Planejamento

1. Crianças e Jovens (0 a 15 anos): Maior foco em saúde, nutrição, educação e combate ao trabalho infantil, especialmente em regiões vulneráveis.
2. Jovens Adultos (16 a 29 anos): Inserção no mercado de trabalho, qualificação profissional e mobilidade.
3. Adultos (30 a 59 anos): Estabilidade econômica e habitacional, inclusão produtiva.
4. Idosos (60 anos ou mais): Garantia de renda mínima e acesso a serviços básicos de saúde e transporte.

As políticas sociais devem ser ajustadas para atender às especificidades de cada faixa etária, com prioridade para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Municípios com maior concentração de jovens (como Indiaroba e São Cristóvão) devem reforçar programas de qualificação e educação, enquanto regiões com maior presença de idosos necessitam de maior atenção a programas de segurança social e mobilidade. Com base nos dados e análises apresentados, é fundamental que as prefeituras priorizem os programas sociais que atendem às necessidades mais relevantes de cada faixa etária e região, considerando as limitações de recursos e infraestrutura. Para tanto, o planejamento e a gestão tornam-se ferramentas indispensáveis na definição dessas prioridades. Além disso, o desenvolvimento de projetos específicos para atender as demandas identificadas é essencial para a eficiência das políticas públicas.

Para que essas ações sejam bem-sucedidas, é imprescindível:

1. Planejamento Estratégico: Levantar dados locais sobre população, recursos e infraestrutura, alinhando-os às demandas das faixas etárias predominantes.
2. Gestão Integrada: Articular diferentes setores e atores, como saúde, educação e assistência social, para garantir a implementação efetiva dos programas.
3. Elaboração de Projetos: Desenvolver projetos consistentes, com metas claras e indicadores de impacto, para captar recursos e monitorar resultados.

Esse processo não só assegura a adequação das políticas às realidades locais, mas também potencializa os resultados no combate às desigualdades sociais e na melhoria da qualidade de vida da população.

Conclusão

A análise detalhada da distribuição etária no CadÚnico e sua aplicação no planejamento municipal são ferramentas indispensáveis para reduzir desigualdades e promover o bem-estar social. A Rede 10 Sergipe, com suas particularidades demográficas, exemplifica a necessidade de políticas sociais que atendam às demandas específicas de cada território, seja no fortalecimento da educação básica, na inclusão produtiva de jovens ou no suporte a famílias vulneráveis.

O sucesso dessas ações depende do uso combinado de planejamento estratégico, gestão integrada e elaboração de projetos que considerem as limitações locais. Dessa forma, é possível garantir a eficiência das políticas sociais, maximizando os resultados e contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos municípios envolvidos.

Referencias

DAVIES, Huw T. O.; NUTLEY, Sandra M.; SMITH, Peter C. (Orgs.). What works? Evidence-based policy and practice in public services. Bristol: Policy Press, 2000.



NÚCLEO DE INOVAÇÃO SOCIAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS

